

BERRINGER, Tatiana;
LAZAGNA, Angela (Org.).
**A atualidade da teoria política
de Nicos Poulantzas.**
Editora UFABC, 2022.
384 p.



Atualidade e impasses do pensamento de Nicos Poulantzas

Topicality and impasses of Nicos Poulantzas' thought

Francisco Prandi Mendes de Carvalho*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.012>

A publicação de *A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas* expressa a recuperação da obra de um dos autores marxistas mais originais do século XX, Nicos Poulantzas. Desde pelo menos a segunda metade dos anos 2000, sua obra recobrou

No Brasil, desenvolveu-se uma leitura bastante influente de Poulantzas a partir do trabalho de Décio Saes, pioneiro na utilização do marxista greco-francês nas investigações sobre o Brasil

fôlego e passou a animar as mais diversas atividades acadêmicas (artigos, livros, congressos, simpósios, dossiês etc.), processo reconstituído em boa medida na introdução feita pelas organizadoras do livro. Como elas próprias reconhecem, Poulantzas influencia “pesquisas de diferentes objetos — teoria do Estado, classes sociais, formações sociais concretas, relações internacionais, direito, classes médias, nova pequena burguesia etc.” (p. 7). Isso ocorre não apenas no Brasil, mas também na América Latina, como demonstra a variedade de autores não apenas brasileiros, mas também de países como Argentina e Chile, cujas obras compõem o livro.

Assim sendo, as organizadoras reuniram artigos de pesquisadores de diferentes abordagens, lugares, gerações e distintas interpretações a respeito da obra de Poulantzas. Mais recentemente, o pensamento de Poulantzas tem sido amplamente difundido pelo ex-vice-presidente boliviano Álvaro García Linera, incidindo no debate político recente, como reconhecem os autores Leandro Sanhueza Huenupi e Marcelo Rodríguez Arriagada. Esses autores enfocam as distintas conjunturas teóricas e políticas nas quais o pensamento de Poulantzas foi recebido e difundido na América Latina, observando a variação do uso dos conceitos em cada um desses momentos. Em um primeiro momento, nas décadas de 1960 e 1970, marcado pela Revolução Cubana, por Allende e a Unidade Popular e pelas ditaduras militares, a obra de Poulantzas foi objeto de debate para figuras do porte de Manuel Castells e Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Posteriormente, nos anos 1980, destaca-se a apropriação particular de Laclau e uma tentativa de elaborar o que seria uma passagem do marxismo ao pós-marxismo. A mais recente onda de recepção de Poulantzas teria se iniciado sob o impacto do neoliberalismo e da ascensão ao governo de forças contrárias a este, na Venezuela, Argentina, Brasil e Bolívia. Nesse aspecto, é importante observar a influência de Linera e sua leitura entusiasta da obra *O Estado, o poder e o socialismo* (1978), na qual enfoca o Estado como condensação da relação de forças e arena a partir da qual as lutas populares devem avançar rumo a um socialismo democrático, questão que discutiremos mais adiante.

No Brasil, desenvolveu-se uma leitura bastante influente de Poulantzas a partir do trabalho de Décio Saes, pioneiro na utilização do marxista greco-francês nas investigações sobre o Brasil. De acordo com Tatiana Berringer, Saes é o fundador daquilo que seria “uma nova tradição de análise da política brasileira”, que ela denomina “escola poulantziana de Campinas” (p. 305-306). Trata-se de uma recepção particular da obra do grupo althusseriano, que privilegia os trabalhos iniciais dessa tradição, a saber, *Lire Le Capital* (1965) e

Pour Marx (1965), de Althusser, e *Poder político e classes sociais* (1968), de Poulantzas. O artigo de Saes na coletânea busca desenvolver o objetivo central de Poulantzas nesta obra, o desenvolvimento da teoria regional do político no modo de produção capitalista. Para tanto, Saes retoma a discussão althusseriana a respeito da “matriz da totalidade social”, isto é, das instâncias que se articulam e conformam um modo de produção. Saes identifica lacunas e inconsistências nessa formulação e busca dar uma solução para elas. Em sua análise, isso tem consequências na obra de Poulantzas e sua posterior evolução.

Para Saes, os althusserianos elaboraram a ideia de modo de produção a partir de uma fórmula trinitária segundo a qual “a totalidade social é internamente hierarquizada [...] um todo estruturado com dominante” (p. 27), a partir da articulação de três instâncias que conformam o modo de produção: econômica, política e ideológica. Nessa formulação, a econômica é a instância determinante em última instância, isto é, “desempenha o papel de distribuidor de lugares”, que podem ser “o lugar dominante e o lugar subordinado” (p. 28). Assim, há que se distinguir o *papel dominante* do *papel de determinação em última instância*. Althusser e seus seguidores afirmam que: no escravismo, a estrutura econômica atribuiu o papel dominante à estrutura jurídico-política; no feudalismo, à estrutura ideológica; e no capitalismo, a si própria. Esse papel dominante “consiste na capacidade de uma estrutura de intervir na reprodução das demais estruturas”. Porém, ainda segundo Saes, o grande problema é o de que esse modelo, que caracteriza como *intervencionismo estrutural unilateral*, se torna inviável na análise concreta. Dessa forma, o que emerge nessas análises do modo de produção concreto é o modelo que o autor caracteriza como *intervencionismo recíproco* entre as estruturas econômica e jurídico-política. Em períodos de reprodução social, “cada estrutura é a condição necessária da reprodução da outra; e interage necessariamente com as demais, garantindo, assim, a reprodução do tipo de totalidade social” (p. 30).

Em sua visão, esse procedimento também foi repetido por Poulantzas em *Poder político e classes sociais*. Desse modo, o ideológico desaparece como estrutura porque “as estruturas são sistemas ideológicos que orientam e enquadram as práticas econômicas e as práticas políticas” (p. 32). A partir dessa retificação, Saes nota que a grande contribuição de Poulantzas para a elaboração de uma teoria regional do político no modo de produção capitalista foi a de identificar no Estado burguês um conjunto específico de valores ideológicos de classe: o direito burguês e o burocratismo. No caso do direito, o efeito prático é a *individualização de todos os agentes da produção*, o que transforma trabalhadores e proprietários “em sujeitos individuais de direito, todos igualmente capazes de praticar atos de vontade” (p. 32), o que tem como consequência a ocultação do senso de pertencimento de classe e a inibição da formação de coletivos classistas. O burocratismo, por sua vez, ao abrir o Estado formalmente para todas as classes sociais, cria aquilo que Saes chama de “um coletivo alternativo” ao de classe social, produzindo o *efeito de representação da unidade*, isto é, o coletivo de nação, que tem como efeitos práticos guerras e conflitos internacionais, por exemplo.

Essa retificação tem grandes consequências na discussão teórica, e esse procedimento inspira uma série de outros autores presentes na coletânea, no que diz respeito ao método e à reelaboração dos conceitos. Armando Boito Jr., por exemplo, após apresentar o conceito poulantziano de fascismo, notadamente desenvolvido em *Fascismo e ditadura* (1970), e discuti-lo à luz da bibliografia contemporânea, busca retificá-lo a partir da leitura de *Poder político e classes sociais*. Dessa forma, é possível a abordagem do fascismo não apenas na sua dimensão de movimento reacionário de massas (p. 93), mas também como uma forma

Como ressalta Bob Jessop, Poulantzas não viveu o ápice do neoliberalismo e da financeirização, de modo que sua análise é limitada em alguns aspectos. Porém, reconhece Jessop, sua perspectiva sobre contradições interimperialistas, como no interior dos Estados nacionais, “fornece importantes percepções sobre os problemas da governança global”

específica de Estado de exceção burguês que permite realizar, de maneira também específica, os efeitos de isolamento e de representação da unidade. De modo semelhante, Danilo Martuscelli trata de construir o conceito de golpe de Estado a partir da teoria do bloco no poder e da discussão feita em *Poder político e classes sociais*, isto é, busca demonstrar que os golpes de Estado são indissociáveis dos conflitos de classe e da disputa pela hegemonia no bloco no poder entre frações das classes dominantes. O fascismo e os golpes de Estado consistem em dois temas quentes da conjuntura política recente no Brasil e no mundo. As abordagens de Boito e Martuscelli nos parecem mais interessantes do que outras, institucionalistas ou descritivistas, na medida em que permitem determinar o caráter de classe de tais fenômenos e situá-los historicamente em relação ao desenvolvimento do capitalismo contemporâneo.

Ambas as perspectivas abrem um enorme espaço para a investigação empírica, o que, a nosso ver, contrasta com a acusação por vezes feita aos marxismos althusseriano e poulantziano de que eles seriam “teoricistas”. O artigo de Berringer também é muito ilustrativo nesse aspecto, demonstrando a contribuição dos estudos poulantzianos à análise da história política do Brasil. Essa corrente, a partir do desenvolvimento de conceitos como o de frações burguesas, pode oferecer uma explicação original sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente no país. Como destaca Berringer, esse conjunto de trabalhos permitiu, por exemplo, não apenas identificar a inexistência de uma burguesia nacional, ao contrário do que defendia o antigo PCB, como também relativizar teses inspiradas na teoria da dependência, que entendem não haver conflitos entre a fração da burguesia perfeitamente integrada ao capital internacional e a *burguesia interna* — conceito desenvolvido por Poulantzas em *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1974) e *A crise das ditaduras* (1975). Esta última fração, apesar de dependente do capital externo, “exige a proteção do Estado brasileiro para que ele limite a atuação desse capital” (p. 324).

Berringer destaca também a grande quantidade de pesquisas empíricas realizadas em distintos setores econômicos — como os bancos nacionais, a cadeia da carne e da soja, as grandes construtoras, dentre outros —, que desenvolvem essa tese sempre à luz da conjuntura brasileira — com recente destaque para a discussão sobre a tese defendida por Armando

Boito Jr. segundo a qual a grande burguesia interna teria sido hegemônica nos governos neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma, 2003-2016). Essa abordagem tem a vantagem de afastar interpretações “essencialistas” sobre a atuação das frações burguesas no Brasil, isto é, aquelas que deixam de lado a análise empírica, bem como as análises “estáticas” das frações, que perdem o foco na especificidade de cada conjuntura em prol de uma posição teórica pré-concebida, deixando de observar como elas emergem ou se desarticulam no processo político.

Outros dois temas de grande atualidade presentes na coletânea são o Estado-nação e o imperialismo. Como indica o artigo de Caio Bugiato, na década de 1970 Poulantzas soube identificar na internacionalização do capital “um fenômeno essencial do capitalismo global”, sem perder de vista que “os Estados nacionais, principalmente dos países centrais, são promotores da expansão internacional do capital financeiro, industrial e comercial” (p. 192), e não vítimas passivas daquilo que ficou conhecido como globalização. Dessa forma, Poulantzas se antecipou a teses que verão, posteriormente, uma perda de poder ou de função dos Estados nacionais. Como ressaltam os artigos de Bob Jessop e Lúcio Flávio de Almeida, isso permite uma abordagem não economicista do imperialismo e, agregá-rios nós, também da dependência, uma vez que essas relações entre formações sociais dominantes e dominadas não incidem menos no Estado do que na economia. Elas também determinam as relações no interior do bloco no poder entre as frações das classes dominantes, e produzem efeitos ideológicos.

Como resalta Bob Jessop, Poulantzas não viveu o ápice do neoliberalismo e da financeirização, de modo que sua análise é limitada em alguns aspectos. Porém, reconhece Jessop, sua perspectiva sobre contradições interimperialistas, como no interior dos Estados nacionais, “fornece importantes percepções sobre os problemas da governança global” (p. 166), permitindo ensejar interessantes hipóteses sobre a ascensão de novas potências, como a Rússia e a China — tal como desenvolvido no artigo de Lúcio Flávio de Almeida. Para este autor, o desenvolvimento desigual da corrente imperialista incorporou ambos os países, além da Coreia do Sul, de maneira que Rússia e China tendem a escalar posições no sentido de se tornarem parte do “elo forte”, inclusive na dimensão política e ideológica. A China, no entanto, ainda seria um “elo bem menos débil do que o russo na corrente imperialista” (p. 214), dado que a Rússia sofre com inúmeras sanções da maior potência imperialista mundial, os EUA. Acrescentamos nós que isso se acentuou enormemente após o início da Guerra com a Ucrânia.

O livro também traz uma polêmica direta a respeito do que seria ou não uma ruptura na obra de Poulantzas, que teria atingido seu ponto culminante no seu derradeiro livro, *O Estado, o poder e o socialismo* (1978). Tal debate incide não apenas na compreensão teórica do que é o Estado burguês como também em um tema central para Poulantzas: a estratégia revolucionária. Para Angela Lazagna, que se filia à análise inaugurada por Décio Saes apresentada anteriormente, nessa obra Poulantzas teria rompido com a sua posição teórica anterior, que concebe o Estado como estrutura material em cujo cerne operariam os dois efeitos tratados anteriormente: 1) o efeito de individualização dos agentes da produção, provocado pelo direito burguês; 2) o efeito de representação da unidade, provocado pelo burocratismo, que abre formalmente o Estado a todas as classes sociais, à diferença dos Estados pré-capitalistas. Saes e Lazagna ressaltam que, embora na primeira parte de *O Estado, o poder e o socialismo* Poulantzas reafirme as posições de *Poder político e classes sociais*, ele introduz ideias ao longo do livro que seriam incoerentes com tais posições.

Uma dessas ideias consiste no conceito de aparelhos ideológicos de Estado, diretamente inspirado na concepção de Estado ampliado, de Gramsci. De acordo com Saes e Lazagna, esse conceito alarga de tal forma a noção de Estado que qualquer instituição que contribua minimamente para a reprodução da dominação política passaria a integrá-lo (escola, família, mídia etc.). Assim, o Estado deixaria de estar ligado a uma estrutura específica que produz os efeitos ideológicos mencionados anteriormente e enquadra as práticas dos agentes nos períodos de reprodução social. Como ressalta Luiz Eduardo Motta, esse conceito já havia aparecido na polêmica com Miliband, publicada pouco depois de *Poder político e classes sociais*, e se faz presente também em *Fascismo e ditadura*. O cerne da polêmica diz respeito, portanto, a essa segunda ideia de Estado ampliado com a qual Poulantzas passa a trabalhar. Isso porque, como sustenta Lazagna, em *Poder político e classes sociais* há uma adesão à estratégia leninista de duplo poder como via revolucionária que é feita em estado prático, isto é, não desenvolvida teoricamente. Em *O Estado, o poder e o socialismo*, ao conceber o Estado como esse conjunto de aparelhos repressivos e ideológicos atravessados por lutas inscritas não só fora como dentro do próprio Estado, Poulantzas critica abertamente a estratégia leninista para defender aquilo que qualifica como via democrática para o socialismo.

Motta busca demonstrar que nesse livro a ruptura não é absoluta e que Poulantzas mantém conceitos importantes, como o de bloco no poder e autonomia relativa do Estado, e também não teria rompido com algumas ideias althusserianas fundamentais, como a de corte epistemológico na obra de Marx. Além disso, sustenta que a adesão a noções que remetem à de Estado ampliado não seriam exclusivas de Poulantzas, tendo sido também o caminho tomado por Althusser, que, ao contrário de Poulantzas, continuou a defender a pertinência do conceito de ditadura do proletariado. Ainda de acordo com Motta, Poulantzas não teria aderido ao reformismo, ao contrário do que defendem Saes e Lazagna, mas sim às críticas de Rosa Luxemburgo aos rumos da Revolução Russa, o que para Lazagna não se sustenta, pois essas críticas são feitas em um contexto *pós-revolucionário*.

Todos os autores envolvidos na polêmica reconhecem a diferença entre a ideia de Estado burguês como uma estrutura material caracterizada pelo direito burguês e o burocratismo e a concepção posterior de Poulantzas, presente em *O Estado, o poder e o socialismo*, de Estado relacional como uma “condensação material de relação de forças”, “atravessado por contradições e lutas de classes” (p. 279). No entanto, embora Motta diga que é uma posição dogmática “ignorar a luta de classes no interior do Estado” (lutas políticas e ideológicas, e não apenas econômicas), o leitor pode sentir falta de exemplos empíricos que corroborem tal afirmação, sobretudo se for levada em conta a clássica distinção entre lutas reivindicativas e luta pelo poder, mais desenvolvida teoricamente por Lênin. As lutas populares atravessam o Estado e podem incidir sobre muitos de seus aspectos: a forma de Estado, o regime político, o estabelecimento de uma maior ou menor autonomia, podendo até mesmo iniciar uma situação de crise do Estado. Entretanto, como ressalta Lazagna, nessa nova concepção adotada por Poulantzas, “*a hora da destruição do Estado nunca soa*” (p. 265), mesmo que ele anuncie em diversos momentos que essa destruição do Estado burguês continua sendo necessária à transição para o socialismo. Podem os aparelhos de Estado comportar uma luta que ultrapasse os limites da luta reivindicativa?

No livro, há um aspecto negativo que chama a atenção: o fato de haver somente um único artigo dedicado às classes populares, tema que era caro a Poulantzas, nunca deixou de passar sua obra e que enseja uma série de pesquisas recentes. Pensemos em alguns ins-

trumentais analíticos poulantzianos que poderiam ser aproveitados. A questão das classes-apoio, isto é, as classes populares fora do bloco no poder sobre as quais determinado tipo de Estado se apoia, ideia que carece de desenvolvimento teórico, mas é fundamental para se entender a conjuntura política; a questão dos subconjuntos ideológicos, em que se discute como as classes populares filtram e experimentam a ideologia dominante, que as leva a ter ou não ter um determinado tipo de prática; os critérios pelos quais se pode analisar a emergência de uma classe ou fração de classe e o modo pelo qual elas podem gerar efeitos pertinentes na conjuntura, convertendo-se em força social; a relevância da distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual, mais desenvolvida em *As classes sociais no capitalismo de hoje* e que é crucial para entender as diferenças entre as classes médias e o proletariado. Essas são algumas lacunas presentes nessa importante coletânea.

Em um artigo dedicado às classes populares, Eliel Machado demonstra algumas possibilidades desse enfoque ao analisar os movimentos sociais à luz da obra de Poulantzas, com ênfase nas classes médias, o que culmina em uma tipologia dos movimentos sociais. Seu artigo busca demonstrar que esses movimentos continuam a ser determinados pelas lutas de classes, na medida em que apresentam determinada composição social e que suas reivindicações podem gerar efeitos pertinentes específicos (defesa de uma categoria trabalhadora específica, luta por independência, luta contra opressões raciais, de gênero, étnicas etc). Essa posição auxilia na elaboração de uma teoria marxista dos movimentos sociais que se contraponha à análise dominante na academia, segundo a qual os movimentos sociais têm pouco que ver, ou nada têm a ver, com as classes sociais, muitas vezes procedendo à mera descrição de métodos de luta.

Caso se tratasse apenas de um balanço da obra de Poulantzas, o livro organizado por Berringer e Lazagna já seria de muita valia. Mas é mais que isso. Há desenvolvimento de temas e conceitos cruciais para as ciências sociais em geral e o marxismo em particular, tais como ação e estrutura, diferenças entre estrutura, instituição e aparelhos, imperialismo, fascismo etc. A riqueza do dispositivo conceitual elaborado por Poulantzas é evidenciada através de análises que não são meras exegeses dos textos do autor, mas buscam avaliar a pertinência ou não de determinadas teses, resolver impasses e realizar retificações na teoria.

* Cientista social e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutorando em Sociologia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: francisco.prandi.carvalho@gmail.com

► Texto recebido em 9 de fevereiro de 2022; aprovado em 10 de fevereiro de 2022.



Nicos Poulantzas, filósofo e sociólogo grego e aluno de Althusser

<https://marxismocritico.com/2017/02/17/el-nicos-poulantzas-que-conoci/>